



MULHERES ORIGINÁRIAS: LUTA, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA

Larissa Rais Celeste¹
Daniela Zanetti²

RESUMO

Com a aplicação da análise de conteúdo, este artigo se concentra em uma investigação sobre quais são os temas relevantes tratados por mulheres indígenas no âmbito das mídias sociais, a partir de conteúdos produzidos por elas e divulgados no perfil do Instagram da organização ANMIGA — Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (@anmigaorg). A análise de conteúdo categorial foi então empregada como metodologia para a exame das postagens selecionadas.

Palavras-chave: Comunicação e Territorialidade, mídias sociais, mulheres indígenas, gênero.

INTRODUÇÃO

No período colonial, quando os portugueses e os espanhóis invadiram as terras brasileiras, cerca de cinco milhões de indígenas³ viviam em nosso território. Populações milenares como os Botocudos, que viviam no Espírito Santo e no sul da Bahia, foram massacradas pelos povos europeus.

Atikum, Baré, Guajajara, Guarani, Krenak, Mundurukú, Pataxó, Sateré-Mawé, Xacriabá e Xavante são alguns dos 305 povos que ainda existem no Brasil. Segundo, o último Censo do IBGE, no Brasil são mais de 896 mil indígenas que falam mais de 274 línguas distintas. Desse número, 572.083 vivem na zona rural e 324.834 habitam na zona urbana⁴.

Esses territórios correspondem a cerca de 12,5% da área total do Brasil, totalizando 106 milhões de hectares. Dentre essas áreas, apenas seis possuem uma população indígena superior a 10 mil habitantes. Nota-se que a esmagadora maioria das comunidades indígenas possui um contingente populacional variando entre mil e 10 mil indígenas.

Segundo o jornal Lima (2020), as mulheres indígenas acreditam que seus corpos são alvos da violência, assim como seu espírito e identidade. Entretanto, através do território elas

1 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo — UFES, larissarcelestegmail.com;

2 Professora Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo — UFES, daniela.zanettigmail.com;

3 Jornal USP — Os indígenas e os impactos da colonização europeia. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/os-indigenas-e-os-impactos-da-colonizacao-europeia/>. Acesso em: 12 nov 2023

4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, Censo população indígena. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 12 de nov. 2023.



podem ter a garantia de suas vidas. Conforme Sônia Guajajara, “A gente não consegue pensar pautas específicas das mulheres indígenas se não temos a garantia do território. Portanto, essa questão continua sendo a maior bandeira para todos os povos indígenas⁵”. (SILVA, 2019).

Através da ocupação de cargos de destaque e posições de poder, as mulheres originárias têm ganhado protagonismo na luta indígena. Apesar disso, ainda vivemos em uma sociedade justa e igual, mas sabemos que o conhecimento é importante para criar uma sociedade que valoriza a identidade e experiência indígena. Assim, o escopo delineado tem por objetivo a investigação dos conflitos urgentes na contemporaneidade envolvendo as populações indígenas brasileiras, buscando elucidar como se dá a luta das mulheres originárias e apresentar suas pautas.

Com o intuito de aprofundar a discussão e enriquecer a compreensão acerca desse tema, trazemos à reflexão contribuições da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA). Conforme o portal Anmiga⁶, essas mulheres indígenas afirmam:

Nós, (...) lutamos pela demarcação das terras indígenas, contra a liberação da mineração e do arrendamento dos nossos territórios, contra a tentativa de flexibilizar o licenciamento ambiental, contra o financiamento do armamento no campo. Enfrentamos o desmonte das políticas indigenista e ambiental.

DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho busca, por meio de uma pesquisa exploratória, compreender as pautas propostas pelas mulheres indígenas nas mídias sociais. Assim, descreveremos como ocorre este fenômeno, a partir da categorização de alguns dados coletados, dados sobre este grupo e, por fim, analisar os textos e conteúdos postados no perfil indicado. Para obter um pleno entendimento, será clarificado brevemente o que é uma pesquisa exploratória e como se dá a sua realização.

A pesquisa exploratória tem um caráter descritivo. Ainda segundo Gil (1987), o estudo exploratório aprimora as ideias ou descobre intuições. O seguinte estudo também se

5 Gênero e Número — Na primeira Marcha das Mulheres Indígenas, território, corpo e identidade estão no centro do discurso <<https://www.generonumero.media/reportagens/marcha-mulheres-indigenas/>> acesso em 10 de nov. 2023.

6 Anmiga — Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade Pelas Raízes Ancestrais <<https://anmiga.org/mulheres-biomas-em-defesa-da-biodiversidade-pelas-raizes-ancestrais/>> acesso em 10 de nov. 2023.



caracteriza como descritivo, ao visar descrever um determinado fenômeno (GIL, 1987) descrevendo os conteúdos e perfil analisado.

Visando compreender as pautas das mulheres indígenas, serão descritos cinco posts da página do Instagram Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (@anmigaorg), avaliando suas postagens, quais os conteúdos ali presentes e o que eles representam. O perfil escolhido representa uma gama de mulheres de distintas comunidades indígenas. Além disso, ele representa muitas pautas comuns as mulheres indígenas de todo Brasil.

Após a coleta de dados, haverá uma análise dos textos e imagens selecionadas. A análise de conteúdo consiste em:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1977, apud OLIVEIRA, 2008, p. 570).

Ainda conforme a autora, existem etapas que podem ser seguidas para uma melhor ordenação da pesquisa, são elas pré-análise; exploração do material ou codificação; tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise consiste em uma etapa preparatória onde, são definidos “(...) o corpus de análise; formulação das hipóteses e dos objetivos da análise; elaboração dos indicadores” (BARDIN, 2000, apud OLIVEIRA, 2008, p. 572).

A segunda etapa, chamada exploração do material, consiste na organização das informações que foram obtidas em campo e na inclusão destes dados em itens, criando uma unidade de registro que será analisada a partir da temática de direitos indígenas. Para compreender estes temas identificaremos a unidade de registro entendendo a importância do contexto em que as temáticas foram abordadas e a viabilidade da análise das falas.

Na etapa seguinte ocorre o tratamento de resultados, onde eles “poderão ser apresentados em forma de descrições cursivas, acompanhadas de exemplificação de unidades de registro significativas para cada categoria” (BARDIN, 2000, apud OLIVEIRA, 2008, p. 572). Através da análise de conteúdo será possível alcançar os objetivos deste trabalho.

A percepção de comunicação que se emprega nesse artigo parte de uma abordagem relacional, sendo ela compreendida como interação, onde todas as trocas são relevantes e é possível pensar um processo global, com “sujeitos interlocutores, inseridos em uma dada



situação, e através da linguagem, produzem e estabelecem sentidos, conformando uma relação e posicionando-se dentro dela.” (FRANÇA, 2016, p. 8).

Segundo França (2016), a comunicação circunda um processo no qual sujeitos produzem e compartilham significados, utilizando uma materialidade simbólica, através da criação de discursos e operando a partir de um cenário específico, onde exerce e recebe influências. Esse processo de comunicação é algo em constante movimento, desse modo podemos considerar que as mulheres indígenas que estão presentes no *Instagram* vivem uma experiência dinâmica, “(...) mas também assumem papéis e se constroem socialmente” (FRANÇA, 2016, p. 16).

Os itens para a análise foram definidos a partir da observação do conteúdo postado no perfil sob exame, sendo indicados alguns mais proeminentes: a) política institucional; b) meio ambiente; c) território. Essas categorias foram geradas a partir da observação do *Instagram* da ANMIGA.

Selecionamos três postagens publicadas no mês de setembro de 2023 – considerando a data da votação do marco temporal para a demarcação de terras indígenas no Senado no dia 27 de setembro,⁷ nos quais publicaram argumentos contrários a essa tese. Assim, foram escolhidas as três primeiras postagens do perfil que foram publicadas exclusivamente na página selecionada. Desses materiais, foram escolhidos apenas conteúdos estáticos, como fotografias e peças gráficas.

O primeiro conteúdo é uma fotografia com três mulheres indígenas segurando cartazes contra o marco temporal que dizem “PELO DIREITO À VIDA. NÃO AO MARCO TEMPORAL!” em cores primárias diferentes, sendo azul, amarelo e vermelho. No segundo plano são vistos alguns indígenas com adereços e faixas.

A brutalidade cometida pela colonização tem um impacto mais acentuado sobre as mulheres, em ênfase sobre indígenas e negras. Conforme a intelectual, antropóloga e filósofa Lélia Gonzales (1984) pontua, as narrativas hegemônicas criam uma noção histórica, que geram esforços para ofuscar outras narrativas, banindo ao esquecimento as experiências, impares dessas mulheres.

RECORTE 1

Figura.1: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CxbROpkPvfN/?hl=pt>. Acesso 14 nov. 2023.

⁷ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/27/aprovado-no-senado-marco-temporal-para-terras-indigenas-segue-para-sancao>



Legenda:

Pelo futuro dos povo indígenas, Não ao Marco Temporal, mulheres indígenas na luta na votação do julgamento do Marco Temporal.

Siga a @anmigaorg e fortaleça a luta das mulheres indígenas.

Fotos: @kamikiakisedje | @apiboficial

#MarcoTemporalNÃO
#DemarcaçãoJá
#DemarcaçãoÉDemocracia

A segunda postagem analisada foi publicada no dia 21 de setembro de 2023. Nessa, há uma captura de tela de um tweet feito pela deputada Célia Xakriabá. No reposte do microtexto, Célia diz: “Ministra Carmen Lúcia poderia ser chamada Carmen Luz, por formar placar 7×2. Enquanto isso o ministro Gilmar Mendes fica na herança dos Cabrais do século 21. Ainda está congelado no Brasil colonial índio do país da Índia: erro histórico ou índio da tabela periódica?”

Gonzales (1984) diz que no complexo exercício de contraposição entre percepção e memória, há um território onde a alienação, o esquecimento e o saber coexistem. O processo de conscientização é o território onde essas experiências se entrelaçam, em ênfase no que tange as opressões raciais.

A tomada de consciência, através da qual se compreenderá as dinâmicas sociais e históricas que perpetuam o racismo, surgem como um elemento primordial, Gonzales (1984), acredita que o processo de conscientização sobre opressões começa pela questão racial. Nesses conteúdos produzidos e reproduzidos pelas mulheres indígenas, nota-se uma ruptura



com o sistema opressivo ao expor a opressão racial vivida nas mídias e através das demais movimentações, como as marchas em Brasília.

RECORTE 2

Figura.1: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CxdvTadPEOz/?hl=pt>. Acesso 14 nov. 2023.



Célia Xakriabá
@celiaxakriaba



Ministra Carmen Lúcia poderia ser chamada Carmen Luz , por formar placar 7x2 .

Enquanto isso o ministro Gilmar Mendes fica na herança dos Cabrais do século 21. Ainda está congelado no Brasil colonial índio do país da Índia: erro histórico ou índio da tabela periódica?

Legenda:

Vitória dos Povos Indígenas 🇺🇵

O último conteúdo diz respeito à retomada do projeto de lei 2903/2023⁸, onde se estabelece que apenas as terras ocupadas por povos indígenas na data de promulgação da Constituição de 1988 tem direito a demarcação. Além de outras ameaças aos povos indígenas como 1) Indenizar não-indígenas que precisarem sair de terras indígenas; 2) Intervenções em Terras Indígenas, sem quaisquer comunicações prévias, entre muitos outros riscos aos direitos indígenas. Na imagem uma mulher indígena aparece de punho cerrado em uma peça com dizeres “#MARCOTEMPORALNÃO PL2903 E RETOMADO HOJE NO SENADO NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA”. Esse é um conteúdo

⁸ Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas - <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157888>



informativo sobre a votação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e sobre o posicionamento contrário ao marco temporal ou PL (2903).



Legenda:

Hoje, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado vota o PL (2903) que tenta transformar o marco temporal em lei e busca legalizar crimes contra indígenas.

Estamos atentos contra esse projeto que viola os direitos dos povos indígenas!!! Seguimos na luta!!!

#pl2903não

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO

As mulheres originárias, em articulação com a ANMIGA, formam um grupo articulado, desenvolvendo um discurso baseado em suas demandas de gênero. Esta narrativa se concentra principalmente na crítica a expropriação de terras e às políticas latifundiárias que as guiam, retiram direitos e promovem as desigualdades sociais. Essas mulheres produzem uma crítica decolonial e a organização ANMIGA e seu manifesto surgem como um rompimento a lógica opressora e massiva do estado.

As indígenas operaram historicamente uma função política significativa. Elas estão em processo constante mudança, enfrentando o sistema quando assumirem lideranças para proteger e lutar por direitos em prol de suas comunidades. Engajam-se na batalha pela implementação de políticas públicas diferenciadas em áreas como saúde e educação,



reivindicam a demarcação de seus territórios e procuram leis que as protejam da violência física. Por fim, almejam a reconstituição do respeito, integridade e do lugar que lhes foi roubado desde o Brasil colônia.

REFERÊNCIAS

Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA). **Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade Pelas Raízes Ancestrais**. 2021. Disponível em: <<https://anmiga.org/mulheres-biomas-em-defesa-da-biodiversidade-pelas-raizes-ancestrais/>> . Acesso em: 12 nov. 2023.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**, 2016.

GIL, Antônio Carlos. Métodos da pesquisa em ciências sociais. **São Paulo: Atlas**, 1987.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Anpocs, p. 223-244, 1984.

LIMA, Juliana Domingos de. O movimento de mulheres indígenas para reflorestar o Xingu. NEXO, 13 de jul. 2020. Expresso. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/07/13/O-movimento-de-mulheres-ind%C3%ADgenas-para-reflorestar-o-Xingu>. Acesso em: 13 nov. 2023.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. enferm.** UERJ, Rio de Janeiro, 2008 out/dez; 16(4):569-76.

SILVA, Vitória Régia da. Na primeira Marcha das Mulheres Indígenas, território, corpo e identidade estão no centro do discurso. **Gênero e Número**, 8 ago. 2019. Reportagens. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/marcha-mulheres-indigenas/>. Acesso em 12 de nov. 2023.